

‘Se for preciso, mudo a reforma’

O PRESIDENTE do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), deu ontem duas más notícias ao Governo: disse que o Congresso apóia a posição contra o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e também que pretende modificar o texto da reforma administrativa aprovada na Câmara, para incluir um subteto salarial para os Estados e municípios. A idéia do subteto até conta com a simpatia do Palácio do Planalto, mas a inclusão, pelo Senado, obrigaria a um retorno do texto à Câmara, tornando imprevisível o tempo para a concluir a tramitação da reforma.

Antônio Carlos afirmou que a decisão sobre o subteto não será dele, mas da maioria dos senadores. “Assim como eu sou um comandante no Senado, sou também um soldado”, alegou. “O que os senadores quiserem, sou obrigado a fazer.” Quanto à urgência desejada pelo Governo na votação, para acalmar os investidores estrangeiros, o presidente do Senado foi taxativo: “Se for preciso modificar a reforma, ela voltará para a Câmara.”

Para arrematar, o presidente do Senado tratou também da questão do corte dos incentivos fiscais em 50%, proposta incluída no pacote fiscal e que enfrenta a resistência das poderosas bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “São assuntos sensíveis, que têm de ser estudados, mas se forem retirados da proposta, é preciso dar ao Governo uma compensação na qual ele iria perder.”

Foi o primeiro sinal de apoio que o senador deu à proposta de trocar o corte dos incentivos por uma redução no repasse de dinheiro das estatais aos fundos de pensão de funcionários. A idéia não é bem vista pelo Governo.

JORNAL DE BRASÍLIA

22 NOV 1997



ACM diz que não vive lua-de-mel com Presidente. “Falta carinho”

Segundo Aleluia, os tucanos “levaram vantagem” ao negociar separadamente com os relatores setoriais obras para suas prefeituras. O PSDB, representado pelos deputados João Almeida e João Leão, não aceitaram a reprimenda, o que deu início a um longo bate-boca. “Se for preciso, vamos lá fora tirar a diferença no braço”, ameaçou Leão.

Transferência- O segundo round da briga teve novamente como protagonistas pefelistas e tucanos, mas desta vez de Estados diferentes. O PSDB do Ceará se desesperou por não conseguir manter no relatório da área de infra-estrutura emenda que destinava R\$ 42 milhões para o porto de Pecém. O dinheiro foi transferido, pelo rela-

tor Pedro Novais (PMDB-MA) para o Porto de Suape, em Pernambuco - obra que sempre mereceu emendas do ex-senador e hoje vice-presidente da República, Marco Maciel.

Apesar de a conclusão de Suape - falta pouco para o porto ser terminado - beneficiar o governo de Miguel Arraes (PSB), o PFL não abre mão de defender a obra. Entre os pernambucanos, que irromperam ontem na Comissão de Orçamento para vigiar as investidas do Ceará, estava o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira.

Do lado cearense, apareceu o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado. Irritado com o procedimento da Comissão, Machado prometeu denunciar as obras irreg-

ulares que constam da proposta orçamentária de 1998. Para reforçar a posição tucana, o líder do Governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (DF), também visitou a Comissão e fez novas ameaças: avisou que o Governo poderia substituir membros e relatores.

Depois foi a vez do PMDB de Minas Gerais, que controla o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), pressionar por mais verbas para estradas. No meio de tanta discórdia, o presidente da Comissão, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que havia brindado os colegas com lanches e refrigerantes, perdeu a calma e ameaçou renunciar ao cargo.